

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO NOROESTE DO PARANÁ: A ESCOLA NORMAL ANDRÉ DE BARROS DE FLORAÍ- PR

TEACHER TRAINING IN NORTHWEST PARANÁ: THE ANDRÉ DE BARROS NORMAL SCHOOL OF FLORAÍ-PR

FORMACIÓN DE PROFESORES EN EL NOROESTE DE PARANÁ: LA ESCUELA NORMAL ANDRÉ DE BARROS, DE FLORAÍ-PR

Cezar de Alencar Arnaut de Toledo<sup>1</sup>  
Marli Delmonico de Araujo<sup>2</sup>  
Eliete Vicentin Filipini<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar o propósito da criação da Instituição Escolar Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, de Floraí- PR, no período entre os anos de 1961 e 1979, ocasião de seu encerramento. Tal iniciativa tem como eixo norteador o questionamento: a configuração política e social do município teve influência na criação da instituição escolar Escola Normal Colegial Estadual André de Barros? Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa, com análise documental em registros escolares, tais como livro ata e outros documentos encontrados no Departamento de Educação local, tais como fotos, e alguns depoimentos orais. A Escola Normal Colegial Estadual André de Barros foi a primeira e única escola destinada à formação de professores da cidade de Floraí -PR, tendo se firmado como uma referência na região, por proporcionar uma oportunidade de profissionalização para o mercado de trabalho imediato. Concluímos, assim, que as circunstâncias que permearam a instalação dessa escola foram influenciadas pelo contexto do projeto de (re)ocupação planejada da região em meados do século XX, conduzido pela iniciativa privada em parceria com os governos Federal e Estadual. Finalizamos com a constatação de que esta Escola foi um marco na história de Floraí, pois contribuiu com a configuração social e política da cidade e influenciou mas, principalmente, foi influenciada por sujeitos e suas práticas sociais.

**Palavra-chave:** Escola Normal Colegial Estadual André de Barros. História da Educação. Influências Políticas e Sociais.

**Abstract:** This article aims to analyze the purpose of the creation of the school institution Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, of Floraí - PR, in the period between the years 1961 and 1979, when it was closed. Such initiative has as a guiding axis the question: did the social and political configuration of the city have influence in the creation of the school institution Escola Normal Colegial Estadual André de Barros? To this end, qualitative research was carried out, with documentary analysis of school records, such as the minutes book and other documents found in the local Department of Education, such as photos, and some oral testimonials. The Escola Normal Colegial Estadual André de Barros was the first and only school destined to the formation of teachers in the city of Floraí -PR, having established itself as a reference in the region, by providing an opportunity of professionalization for the immediate labor market. We conclude, therefore, that the circumstances that permeated the installation of this school were influenced by the context of the planned (re)occupation project of the region in the middle of the 20th century, conducted by private initiative in

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. caatoledo@uem.br. <https://orcid.org/0000-0002-7813-7950>

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual de Maringá – campus de Cianorte . mdafulata@uem.br. <https://orcid.org/0000-0002-0058-7177>

<sup>3</sup> filipini\_@outlook.com. <https://orcid.org/0000-0003-0123-0919>

partnership with the Federal and State governments. We conclude with the observation that this school was a landmark in the history of Florai, as it contributed to the social and political configuration of the city and influenced but, mainly, was influenced by subjects and their social practices.

**Key-words:** Escola Normal Colegial Estadual André de Barros. History of Education. Political and Social Influences.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar el propósito de la creación de la institución escolar Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, de Florai - PR, en el período comprendido entre los años 1961 y 1979, cuando fue cerrada. Dicha iniciativa tiene como eje rector el cuestionamiento: ¿la configuración social y política de la ciudad tuvo influencia en la creación de la institución escolar Escola Normal Colegial Estadual André de Barros? Para ello, se realizó una investigación cualitativa, con análisis documental en los registros escolares, como el libro de actas y otros documentos encontrados en el Departamento de Educación local, como fotos, y algunos testimonios orales. La Escola Normal Colegial Estadual André de Barros fue la primera y única escuela destinada a la formación de profesores en la ciudad de Florai -PR, habiéndose establecido como referencia en la región, por proporcionar una oportunidad de profesionalización para el mercado laboral inmediato. Concluimos, por lo tanto, que las circunstancias que impregnaron la instalación de esta escuela estuvieron influenciadas por el contexto del proyecto de (re)ocupación planificada de la región a mediados del siglo XX, llevado a cabo por la iniciativa privada en colaboración con los gobiernos federal y estatal. Concluimos con la afirmación de que esta escuela fue un hito en la historia de Florai, ya que contribuyó a la configuración social y política de la ciudad e influyó pero, principalmente, fue influenciada por los sujetos y sus prácticas sociales.

**Palabra-clave:** Escuela Normal Superior del Estado André de Barros. Historia de la educación. Influencias políticas y sociales.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem como de analisar o propósito da criação da Instituição Escolar Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, de Florai - PR, localizada à Rua Paraná, esquina com a Rua Iguacú, quadra 17, na cidade de Florai, no Paraná. A pesquisa tem como eixo norteador o questionamento: a configuração política e social do município teve influência na criação da instituição escolar Escola Normal Colegial Estadual André de Barros?

Quando a escola foi criada, em 1961, Florai tinha seis anos como município emancipado e uma pujante economia. Com a população em crescente expansão, a cidade apresentava várias escolas, instaladas na zona rural até o ano de 1961, e na zona urbana, dentre as quais destacamos a instalação do curso primário em 1957 e o Ginásio Estadual em 1959.

Dessa maneira, havia necessidade de professores com formação mais qualificada para atender à demanda e,

assim, em 1961 surgiu a Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, oficializada pelo Decreto nº 14.194/64, de 20 de fevereiro de 1964. Nesse intervalo de tempo a escola funcionou como uma extensão da Escola Normal Regional "Rainha da Paz" de Alto Paraná - PR até 1964, hoje é denominado Colégio Estadual Rainha da Paz.

A pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada por meio de análise documental em registros escolares, como livros atas e outros documentos em geral encontrados no Departamento de Educação local, assim como por meio de fotos e alguns depoimentos orais. No texto inicial discutimos acerca da História da Educação no Brasil em meados do século XX e as importantes transformações ocorridas no período. A seguir, analisamos a criação de escolas no interior do Paraná e seu propósito, que levava em conta o projeto de colonização empresarial planejado ocorrido na região em meados do século XX. Por fim, trazemos uma análise sobre a

história da instituição da Escola Normal Colegial Estadual André de Barros de Florai - |PR. A escola foi a primeira e única a ser instalada na cidade para a formação de professores, o que determinou um importante destaque para a cidade e região. Nessa época, já havia uma grande demanda escolar, determinada pelo crescimento da população no município, que contava com dezoito escolas rurais para atender ao Ensino Fundamental até a 4ª série e duas escolas urbanas, uma que atendia ao Ensino da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e outra do Ensino Médio, que é a escola objeto desse estudo<sup>4</sup>.

A escola desempenhou relevante papel na formação de quadros para a educação escolar e teve envolvimento com a própria vida política da cidade de Florai. A ligação da escola com o município, como dizem Mazzotti e Gewandszajder, exemplifica a afirmação de que “[...] nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade” (MAZZOTTI; GEWANDSZNAIDER, 1999, p. 139).

Desde o século XIX havia a preocupação com a alfabetização da população brasileira, a partir da Proclamação da Independência e da primeira Constituição, outorgada em 25 de março de 1824, em que se pode ler que a “instrução primária era gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1827). Em 1827 a Comissão de Educação da Câmara aprovou projeto que determinava a criação de escolas primárias em todas as regiões mais populosas do Brasil, mesmo não havendo professor suficiente para ministrar aulas. A

Lei de 15 de outubro de 1827: “Art. 1º - Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827). A implementação da determinação legal foi muito lenta e com muitos tropeços

Entendemos como significativo o estudo da história da instituição de uma escola em uma cidade, pois, ao analisarmos essa história, podemos partir do singular e particular, para contribuir para a configuração do todo social, que se trata da memória histórica local e da preservação da história educacional regional, um patrimônio de grande valor para a sociedade.

## **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SÉCULO XX**

Na primeira metade do século XX, o Brasil ainda tinha sérios problemas em relação à educação escolar, principalmente a educação pública. A ideia de educação para todos, o analfabetismo, a conscientização de que era necessário estudar, foram questões nem sempre resolvidas pelo poder público no Brasil. A República, especialmente na primeira fase, chamada de República Velha, ou das elites e que durou até 1930, via a educação como ponto importante. A educação enfrentou muitos problemas, entre os quais, falta de professores, falta de escolas, ilusão de ascensão social via educação escolar, já que o número de escolas era insuficiente para o atendimento da população existente na faixa etária escolar. Esses foram alguns dos problemas que a educação enfrentou no período, porém, também é considerado um dos períodos mais importantes para a escola pública no

---

<sup>4</sup>Fonte: Livro Isto é Florai – 1972.

Brasil, como destaca o professor Dermeval Saviani (SAVIANI, 2004). Pioneiros da Educação Nova, tais como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, dentre outros tentaram trazer para a educação os modelos de outros países, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento que havia alcançado, acreditando que, pela educação, poderíamos conseguir tal proeza. Escolas primárias, grupos escolares, escolas normais e escolas rurais foram sendo instituídas no Brasil nessa primeira metade do século XX para sanar o problema do analfabetismo, que em 1920 batia a casa dos 70% em relação a crianças de 5 anos ou mais (IBGE, 1940). “No século XX, a escola sofre processos de profunda e radical transformação. Abre-se às massas. Nutre-se de ideologia [...]” (CAMBI, 1999, p. 513).

Anísio Teixeira afirmou que “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública” (TEIXEIRA, 2002, p. 96). Esse idealizador de uma escola pública, laica, universal, obrigatória e gratuita para o Brasil, via na educação a única forma de se mudar a vida social do país. Para Anísio Teixeira, existem quatro instituições indispensáveis na história de um povo, “a família, o Estado, a Igreja e a escola” (TEIXEIRA, 1997, p. 98). Dentre esses quatro a escola era considerada por ele a mais importante dessas instituições.

A perspectiva democrática que alguns governantes tentaram passar ao longo dos anos em relação à educação nem sempre se efetivou. Quando em 1930, Getúlio Vargas ascendeu ao poder, com o “governo provisório”, uma das primeiras medidas foi criar o Ministério da Educação e Saúde Pública. Para a chefia da pasta indicou Francisco Campos, um

“escolanovista” que, entre outras reformas, propôs o restabelecimento do ensino religioso na escola pública, pelo decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931. Essa reforma veio atender a uma insistente reivindicação da Igreja Católica (SAVIANI, 2013). Uma atitude formal e conservadora que reverberava interesses dos conservadores, enfraquecendo a ideia de uma escola laica. Anísio Teixeira defendia a ideia de que o preço da democracia era a educação para todos:

Falamos em Democracia, temos aspirações democráticas, sentimentos democráticos. Suspiramos pela Democracia, *mas nunca lhe quisemos pagar o preço. O preço da Democracia é a educação para todos*, educação boa e bastante para todos, a mais difícil, repetimos, das educações: a educação que faz homens livres e virtuosos. E por que não a tivemos? – Porque força é insistir, jamais fizemos da educação o serviço fundamental da República. E não se pense que esta é a história, em seus começos, de todas as Democracias. A Democracia da América do Norte não começou mais cedo do que nós: de certo modo, começou depois de nós, quando Horace Mann iniciou a sua grande campanha pela educação pública e gratuita para todos, na presidência de um Conselho de Educação, como este que queremos fundar aqui (TEIXEIRA, 1997, p. 89-104).

Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreu um momento único na história da educação brasileira, em que um grupo de intelectuais se uniu para tentar “[...]definir as bases da política educacional que deveria guiar as ações do governo em todo o país” (SAVIANI, 2013,

p. 230). Esses intelectuais redigiram um manifesto que ficou conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O manifesto, cujo título é *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*, tinha como objetivo reconstruir a educação, e como destinatários, o povo e o governo. Essa proposta era contra a corrente tradicional existente até então e propugnava um sistema único de educação escolar, laico e republicano.

Porém, o processo foi cerceado e as ideias inovadoras foram bloqueadas pelo tradicionalismo e conservadorismo. Gustavo Capanema e Francisco Campos mais próximos ao fascismo italiano, acabaram por “desmantelar a obra de Anísio” (SAVIANI, 2013, p. 268). Anísio Teixeira foi afastado da vida pública em 1935. Capanema ocupou o Ministério da Educação e Saúde Pública por onze anos e propôs várias leis e determinações para a educação escolar, que ficaram conhecidas como Reformas Capanema. Seguiram uma ordem que atendia às conveniências políticas. O destaque das reformas de Campos e Capanema foi o pacto com a Igreja Católica, cuja participação na política era feita pela indicação e veto de nomes para os cargos públicos. A partir de 1946, com o fim da Era Vargas e com uma nova Constituição, mais mudanças na educação foram sendo implantadas.

Os renovadores da educação já se preocupavam, no início do século XX, com uma escola democrática, com a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade à coeducação e à universalização. Entendiam que o estado tinha o dever de se responsabilizar e se comprometer com a educação do povo. Eles tomaram posição de vanguarda no que dizia respeito à educação.

O Paraná, considerado no âmbito nacional na primeira metade do século XX, um estado tímido, também teve a educação como parte dos projetos de desenvolvimento. A partir da década de 1940, já com o planejamento da (re)ocupação de regiões consideradas improdutivas para os empresários, o estado objetivava investir em estrutura, uma dessas necessidades de infraestrutura era a escolarização, ou, a criação de escolas para atender a população que aqui se instalava. O professor Rubens Tarcísio da Luz Stelmachuk lembra que a instalação de escolas pelo interior do estado ocorria “na busca de se criar uma infraestrutura de serviços públicos pelo Estado que levasse o Paraná ao desenvolvimento econômico de forma integrada” (STELMACHUK, 2003, p. 4), um desenvolvimento que tirasse o estado da timidez na economia. Com essa política o estado passava a investir em criação de escolas e formação de professores, mesmo não atendendo a toda a demanda, com muitas crianças ainda precisando de escolas, foi o plano instaurado para se alcançar o objetivo proposto. “O século XX foi realmente o século do “homem novo”, mas este correspondeu cada vez mais àquele homem-massa [...]” (CAMBI, 1999, p. 511).

Assim, criava-se o ideário de escolas para todos, uma concepção relacionada com o projeto republicano de educação do povo. A instrução tinha lugar proeminente no cenário como uma ferramenta de consolidação da República. O esforço se centrava na expansão quantitativa de escolas e conseqüentemente, de matrículas, centrando o ensino em escolas públicas, nos grupos escolares, escolas urbanas e rurais, diurnas e noturnas.

E, sob essas circunstâncias políticas, assim como em muitos municípios paranaenses, foi criada a Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, na cidade de Floráí, para atender à formação de professores na região noroeste do Paraná, especificamente no ano de 1961. Muitas transformações ocorreram entre os anos de 1961 a 2000, período em que a escola passou por duas trocas de nomes: em 1979 se tornou Colégio Paulo VI, resultado da reorganização do ensino, atendendo ao disposto na Lei 5692/71, e em 1980 Colégio Urbano Pedroni, homenagem a um ex-prefeito da cidade, sendo que esta foi a primeira e única escola de formação de professores da cidade (Figura 1)..

Figura 1 – Escola Normal Colegial Estadual André de Barros - 1963



Fonte: Revista Floráí Menina Moça - 1983

## O PROJETO DE COLONIZAÇÃO EMPRESARIAL E A IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS – 1940 A 1970

Criar escolas fazia parte da proposta de (re)ocupação das áreas consideradas improdutivas no estado do Paraná. Tanto governo quanto empresas privadas de colonização tinham o mesmo discurso: regiões desabitadas precisavam ser ocupadas para serem exploradas e renderem à economia. Essa retórica foi utilizada pela empresa de colonização para justificar suas ações, que poderia

tratar-se de mortes, tanto da população autóctone e animais, quanto desmatamento. Como mostra Lucio Tadeu Motta a “[...] colonização paranaense trata a natureza de forma hostil, como um perigo a ser vencido *numa longa jornada de lutas e sacrifícios*, pois na *missão de domar matas virgens* era necessário, sobretudo, *estoicismo*” (MOTTA, 2012, p. 93-94, grifo do autor).

Com os benefícios oferecidos pelo governo e a prática de venda de terras de forma facilitada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) muitos foram os migrantes que vieram para a região norte e noroeste do Paraná, instalando-se para o cultivo da cultura principal, o café. Essa expansão ficou conhecida como a marcha para o Norte, analogamente à Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. Essa população demandava infraestrutura para sua comodidade, estradas para escoar a produção, hospitais para os cuidados da saúde, energia elétrica e, claro, escolas. Do ano de 1947 até 1951 esteve à frente do governo do estado Moisés Wille Lupion de Tróia, de 1951 a 1955 Bento Munhoz da Rocha foi o “chefe” do Executivo no estado do Paraná, e de 1956 a 1960 esteve para um segundo mandato Lupion e de 1961 até 1965, Ney Amintas de Barros Braga esteve no comando do estado. Assim, quem era governador do estado do Paraná no ato da criação da Escola Normal Colegial Estadual André de Barros foi Ney Braga, pois a escola foi instituída em 1961.

A expansão e a ocupação de uma determinada região não ocorria de forma indiscriminada, e nem era algo mecânico, ela acontecia e se desenvolvia dentro de um contexto social e historicamente determinado e a migração para o norte e noroeste do estado do Paraná ocorreu de

forma dilatada, podendo ser considerada um fato sociológico de grande expressão. A (re)ocupação de regiões que para o estado e para a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná eram improdutivas e desabitadas deu-se pelo forte interesse na produção e expansão do café, cultura que estava em decadência em São Paulo e em Minas Gerais. A Companhia considerava seu projeto de colonização o mais bem sucedido plano de reforma agrária privada já ocorrida no país. “E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária” (CMNP, 2013) no entanto, o objetivo era estritamente a exploração da terra para a produção do lucro, com a expansão do poder da CMNP. Sobre a expansão migratória ocorrida no Paraná, veja-se na tabela 1, que corresponde aos anos de 1920 a 1970, a chamada marcha para o norte.

Tabela 01 - Evolução da População do Norte do Paraná em comparação com a população total do estado (1920/1970)

EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ 1920 A 1970			
ANO	POPULAÇÃO PR (HAB)	NORTE DO PARANÁ	% (B/A)
	A	B	
1920	685.711	83.073	12%
1940	1.236.276	340.449	27%
1950	2.115.547	941.339	44%
1960	4.296.375	2.107.883	49%
1970	6.997.682	2.979.024	42%

**Fonte:** Censo Demográfico do Estado do Paraná, 1920-1970 (PARANÁ, 1989)

A Companhia de Terras do Norte do Paraná tinha uma estratégia para a venda de lotes e instalação das cidades. A venda das terras era feita em pequenos lotes, a empresa não tinha interesse no grande

latifúndio, os lotes eram vendidos com 5 a 30 alqueires paulistas (24.200m<sup>2</sup>), com parcelamento em 4 anos com juros de 8% ao ano (CMNP, 2013). Porém, nem sempre foi assim, no início a ideia era vender para grandes fazendeiros, mas isso não beneficiaria a construção da estrada de ferro, foi quando ocorreu a decisão de se vender a terra em pequenos lotes, para mais pessoas. A forma da ocupação territorial era um grande centro cercado por pequenas cidades que servissem de abastecedor para esse centro. Observe-se a figura 2, com as marcações em amarelo; Cianorte, Maringá, Londrina e Apucarana cercados por cidades menores, um grande centro rodeado por um círculo rural que formava o que foi chamado de cinturão verde. O crescimento populacional do norte paranaense era notório, o que causava uma grande preocupação na elite paranaense, o fato de o norte estar ganhando força e importância, alterava a situação econômica e principalmente a política, os candidatos dessa região ganhavam pujança no cenário estadual. Havia assim a necessidade de integração das regiões, e o governador eleito em 1961, Ney Braga, tinha a responsabilidade de inovar, de trazer a transformação almejada, a infraestrutura que estava em falta no estado.

O que mais preocupava a elite paranaense, entretanto, era a importância cada vez maior do Norte do Paraná na economia do estado. O poder econômico se deslocava e os resultados políticos também já davam sinais de acompanhar o mesmo movimento (STELMACHUK, 2003, p. 21).

Como mostra Stelmachuck, em relação à infraestrutura, não podia haver mais um governo que não desse atenção para essa situação.

A necessidade de atender às expectativas dos paranaenses e de integrar todas as regiões do Estado estavam a exigir enormes investimentos do governo em quase todos os setores, pois muito pouco tinha o Paraná em infra-estrutura. Investimentos, digam-se, incompatíveis com a capacidade de arrecadação do Estado. Não se poderia ter mais um período de governo que não inovasse, que não procurasse trazer transformações para a economia paranaense (STELMACHUK, 2003, p. 21).

Essa infraestrutura a ser desenvolvida tinha como foco estradas, hospitais, energia elétrica e escolas, essas consideradas como uma necessidade básica para a manutenção do migrante que chegava à região, já que era preciso oferecer educação às crianças, ao menos as primeiras letras, com professores qualificados para tanto. A CTNP tinha como parte do projeto oferecer escolas, hospitais e rodovias, por isso investimentos foram feitos nessas áreas, inclusive foram estimulados ao setor privado ou a particulares, a empresários que quisessem instalar empresas e investir no setor público como escolas, a estes foi facilitado a compra de terras ou terrenos.

É preciso dizer que a imagem da Companhia junto ao grande público e diante dos poderes constituídos do Paraná e do País se alterou nitidamente a partir de 1950. Ampliou-se o seu círculo de amigos, amudaram-se os contatos com autoridades e com

entidades de classe ligadas principalmente a agricultura e a pecuária. Ao mesmo tempo, firmou-se orientação no sentido de apoiar, na área colonizada pela Companhia, toda e qualquer iniciativa que pudesse beneficiar, direta ou indiretamente, a coletividade local. Os particulares que desejassem instalar indústrias, escolas e hospitais, na região gozariam de condições especiais para a compra de áreas urbanas ou suburbanas. Os poderes públicos receberiam gratuitamente terrenos onde poderiam construir edifícios (prefeituras, correio, delegacias, escolas, etc.) e estações ferroviárias e rodoviárias (CMNP, 2013, p. 94).

A (re)ocupação do Norte do estado significou uma grande transformação demográfica, um fator preponderante na economia, política e social do estado. Transformou a situação de timidez que era o Paraná na primeira metade do século XX para um estado produtor de grande quantidade de café. Na virada dos anos 1940 para 1950 o Paraná produzia a quantidade de café que correspondia a 14% da produção nacional, na década de 1950 e 1960 esse número chegou a ser de 62%. Florai, não diferente do resto da região, tinha no café o maior pulso da economia local:

Os primeiros cafezais produtivos do Município de Florai datam do ano de 1952, e por quase três décadas seguintes foram responsáveis pelo apogeu do desenvolvimento local. Foi neste período que Florai recebeu seu maior fluxo migratório, conforme comprovam os dados censitários (PADIS, 1981, p. 124).

Floraí se localiza na faixa central do Norte do Paraná, fica a 50 km de Maringá, o centro urbano maior da região, e teve um crescimento rápido no início. A cidade se formou rapidamente, o comércio se expandiu, surgiram as primeiras escolas para atender o meio rural e a primeira escola primária para atender a zona urbana. E com o aumento da demanda, surgiu a primeira Escola Normal na cidade.

### **A ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL ANDRÉ DE BARROS**

Antes de analisarmos a história da Escola André de Barros, é necessário situar a institucionalização da Escola Normal no Paraná. Durante o primeiro mandato do Governador Moysés Wille Lupion de Troia, que iniciou em 1946, criou-se a Secretaria da Educação e Cultura pela Lei nº 170, de 14 de dezembro de 1948. A preocupação maior era a formação de professores para o interior do Estado. Nesse mesmo ano, o professor Erasmo Pilotto assumiu a secretaria. Pilotto já havia desenvolvido um programa para a Escola Normal em Curitiba, e propôs o programa para o resto do Estado.

O plano desenvolvido por Erasmo Pilotto, quando ainda era diretor da Escola de Professores de Curitiba, tinha por princípio desenvolver nos alunos o hábito de darem toda e qualquer atividade pedagógica um objetivo social. Objetivo este, presente no modelo das missões culturais do México (HERVATINI, 2011, p. 65).

Erasmo Pilotto era um adepto das renovações, e acreditava que estando dentro das Leis Orgânicas, o ideal era um currículo flexível, como mostra Hervatini:

Desde que estivessem em consonância com sua Lei Orgânica, Erasmo Pilotto entendia que as Escolas Normais Regionais deveriam ter um currículo flexível às realidades locais, proporcionando um ensino que fosse mais do que o exercício mecânico dos métodos, como criticavam os princípios escolanovista (HERVATINI, 2011, p. 66).

Nesse contexto as Escolas Normais foram sendo implantadas no interior do Paraná, com o intuito de se mudar a vida social da comunidade onde estivessem inseridas, utilizando uma prática pedagógica com “objetivo social”, que pudesse contribuir para a transformação na vida das pessoas. Na cidade de Floraí, a instalação da Escola Normal Colegial Estadual André de Barros teve grande importância para a cidade, possibilitando à sociedade uma formação diferenciada.

A Escola Normal Colegial Estadual André de Barros teve seu início no ano de 1961 e funcionou com esse nome até o ano de 1979 quando se tornou Colégio Paulo VI – Ensino Regular de 2º Grau. Nesse intervalo, passaram pela direção quatro professores. A primeira diretora da Escola Normal André de Barros foi Maria Cornélia Rezende, dirigindo a escola de 06/3/1961 a 20/03/1962, a segunda diretora foi Sônia Betarelo Verdade, nomeada pela Portaria 884, de 21/03/1961 a 19/03/1965, depois, a escola teve como diretora Arcélia Passeri Marcidelli 20/03/1965 a 31/12/1967, e em seguida, Pedro Ananias que ficou à frente da escola por onze anos, de 01/01/1968 a 20/05/1979. (PLANO DE IMPLANTAÇÃO)

A professora Maria Cornélia Rezende era de Londrina, lotada no Grupo Escolar Evaristo da Veiga e foi transferida

para prestar serviços no Grupo Escolar de Florai, em 1960, um ano depois ela se tornou a primeira diretora da Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, dirigindo a escola de 06/03/1961 a 20/03/1962, um estabelecimento para a formação de professores normalistas. Florai necessitava de professores com qualificação para ministrarem aulas no município, tendo em vista que muitos alunos do ensino ginásial se tornavam professores no ensino primário, então, a Escola Normal se tornava relevante, inclusive para diferenciar os professores e alunos.

A professora Sonia Betarelo era oriunda de Nova Esperança, professora normalista, regente de classe no Grupo Escolar Emiliano Pernetta em Florai, nomeada pela prefeitura municipal em 1961. No ano seguinte, em 21/03/1962 foi designada diretora da Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, cargo que ocupou até 19/03/1965. Nesse ano voltou à regência de sala no Grupo Escolar, e mais tarde se tornou diretora no Grupo Escolar "Ana Rita de Cássia" de Nova Esperança, sua terra natal.

A professora Arcélia Marcidelli reside em Florai até os dias atuais e foi a terceira diretora da Escola Normal Colegial Estadual André de Barros, ficou à frente da escola de 20/03/1965 a 31/12/1967. Dona Arcélia, como é conhecida na cidade foi professora da Escola Normal e também dos grupos municipais e do Ginásio Estadual de Florai.

O professor que mais tempo ficou à frente da Escola Normal Colegial Estadual André de Barros foi Pedro Ananias, seu período compreende de 01/01/1968 a 20/05/1979, onze anos à frente da direção. Ele foi o quarto diretor da escola normal. Professor Pedro Ananias foi

também vereador na cidade do ano de 1969 até 1973 pelo partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e vice-prefeito na gestão de 1973 a 1977. O professor Ananias teve papel de destaque como diretor dessa escola. Segundo sua filha, Maria Rosangela Ananias Fagan, "ele ia atrás de alunos/as na região toda, e muitos vinham estudar na escola por isso, porque era ele a ir conversar com os pais"<sup>5</sup> (FAGAN, 2021)

Segundo as leis orgânicas de 1946, a Escola Normal era dividida em dois ciclos: Escola Normal Regional, que ministrava somente o primeiro ciclo de ensino normal, e a Escola Normal Secundária, que se destinava somente ao segundo ciclo desse ensino, o ciclo ginásial e secundário (decreto-lei n. 8.530 – de 2 de janeiro de 1946). A primeira com quatro anos era para professores regentes, a segunda, para professores primários, era de três anos. A Escola Normal André de Barros fazia parte do segundo ciclo, Escola Normal Secundária, para a formação de professores do ciclo ginásial e secundário. Vale ressaltar que os dois ciclos formavam para atender o primário, a diferença estava no aprofundamento das disciplinas, a Escola Normal Secundária acentuava as disciplinas. A Lei 5692/72 ao ser instaurada, desfigura a escola normal, esta deixa de ser "escola" e passa a ser uma habilitação profissional do ensino de segundo grau.

A Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a escola normal e, no bojo da

<sup>5</sup> FAGAN, Maria Rosangela Ananias. **Entrevista:** Projeto Memórias da Educação de Florai. Florai, Escola Estadual, 2021.

profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM) (TANURI, 2000, p.80).

A Escola Normal Colegial Estadual André de Barros funcionou por dezoito anos, de 1961 a 1979, depois se tornou Colégio Paulo VI – Ensino Regular de 2º Grau, resultado da reorganização do ensino, consoante com a Lei nº 5692/71. Com o advento dessa Lei, foram inseridas novas habilitações no ensino de 2º Grau, duas dessas habilitações foram a contabilidade e o magistério. Mais tarde, em 1982, se tornou Colégio Estadual Urbano Pedroni – Ensino de 1º e 2º Graus, recebendo o nome de Urbano Pedroni e hoje se chama Colégio Estadual Urbano Pedroni – Ensino Médio. Durante os anos de 1966 até 1974 a escola André de Barros dividiu o prédio com outra escola, o Ginásio Estadual de Florai, criado em 1959. Até os dias de hoje essas duas escolas são as únicas de Ensino Médio e Fundamental II da cidade.

A Lei n. 5.692/71 fixou as novas normas para o ensino de 1º e 2º graus, instituindo, entre outras inovações, a profissionalização obrigatória em todos os cursos do 2º grau. Imposta sem o mínimo debate à sociedade civil, de cunho marcadamente tecnicista, pretensamente contra a

seletividade do ensino, mas reforçando a divisão em classes sociais da população, fracassaria em seus objetivos, apesar do discurso igualitário que apregoava nos seus capítulos legais. A legislação, ao defender escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, proporia a formação profissional dos professores que iriam atuar nas séries iniciais do 1º grau através de uma habilitação de 2º grau, a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério (HEM), extinguindo assim o curso normal (ALMEIDA, 2017, p. 94).

As décadas de 1960 e 1970, que foi o período em que a escola funcionou, o município de Florai, que era bastante jovem, teve seu maior desenvolvimento. O café era o produto principal da economia da cidade, e dentro desse contexto a Escola Normal era para os pais a saída de estudo para as filhas, pois as famílias de maior poder aquisitivo da cidade mandavam suas filhas para a Escola Normal, sinônimo de *status*, respeito e credibilidade, e os que detinham menor poder aquisitivo enviavam suas filhas para a Escola Normal com a esperança de dar a elas uma profissão que pudesse melhorar a vida da família num futuro próximo. Essa escola formou vários professores da atualidade e fez parte da história da cidade. Iniciou como Escola Normal, foi profissionalizante, técnica, e atualmente, educação básica, influenciando a sociedade até os dias de hoje a cidade.

## O MAGISTÉRIO EM FLORAI

O Colégio Urbano Pedroni nasceu com três habilitações inicialmente, Magistério, Básico em Saúde e Contabilidade, nos períodos diurno e

noturno, todas as disciplinas eram de nível técnico, seguindo a Lei 5692/71, finalizando o formato de Escola Normal definitivamente, que já em 1977 com a mudança em sua nomenclatura, passou a se chamar *Habilitação Específica de 2.º Grau para o Magistério (HEM)*, tendo início nesse momento o Magistério profissionalizante.

O magistério, com as adequações feitas nas leis, esteve vigente de 1980 até 1996. Durante esse período foram formados professores, cerca de 306 pessoas, no nível técnico em magistério, na cidade de Florai.

Um fato que chamou atenção na pesquisa foi o de que o magistério na cidade era frequentado praticamente por mulheres, e pouquíssimo homens, foi assim de 1980 até 1999 quando foi encerrado, nenhum homem frequentou o curso de magistério em Florai, enquanto os cursos de Básico em Saúde e Contabilidade, de início eram mais masculinos, mas com o passar dos anos, e o avanço das mulheres em todas as profissões conquistando seus espaços foi sendo frequentado meio a meio, por homens e mulheres. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 determinou que o professor deveria ter a graduação para ministrar aulas, estando, porém, as turmas em andamento em 1996, foi finalizando gradativamente tendo concluído em 1999 a última turma a se formar técnico em magistério (RELATÓRIOS FINAIS, 1980-1999).

O estabelecimento de ensino passou por duas mudanças de LDB, a primeira em 1971 (Lei nº 5692/71), quando ainda era Escola Normal, quando se reorganizou o ensino, e o formato passou a incluir o nível técnico para as disciplinas, e a segunda vez em 1996 (Lei 9394/96), nesse momento,

para exercer a profissão, o professor deveria ter formação de nível superior.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal (LDB, 1996).

A partir de 1997, no Colégio Estadual Urbano Pedroni – Ensino Médio foi implantada a modalidade de ensino Educação Básica, conforme Resolução 2510/97 e, desse ano em diante, foi dado início ao período de transição gradativa, que terminou em 1999, sendo essa modalidade de ensino proporcionada até o ano 2000 e extinguindo o curso de Magistério no município.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 consagrou o ensino médio como educação básica. Este é um aspecto realmente positivo da Lei no sentido da definição de uma identidade para essa etapa educacional, em que pese não ter sido assegurada a necessária condição de obrigatoriedade. A Lei 9394/96 define que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social e que compete à educação básica possibilitar uma formação comum com vistas ao exercício da cidadania e ao fornecimento dos meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art. 22).

O ensino médio com duração mínima de três anos possui, conforme a LDB, as finalidades de consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; de preparação básica para o trabalho; de formação ética, de desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando; de compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (Art. 35).

Escola Normal objetivava a formação do profissional da educação, ou seja, era voltada para o mundo do trabalho, mas ainda não atingia um público-alvo de grande abrangência. Em busca de satisfazer os interesses capitalistas, a educação básica sofreu mudanças em sua grade de disciplinas, focando essencialmente nas profissionalizantes, que tinham como foco o mercado de trabalho.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da escola pública no Brasil sempre foi um problema de dimensões políticas consideráveis. Sempre afirmada como prioridade pelos governos, nem sempre recebeu a mesma atenção quando se tratava do investimento. Na medida em que se expandia, lentamente, havia a necessidade de formação de mais professores. Nas décadas de 1950 e 1960 houve um momento de expansão da Escola Normal no Brasil, e no Paraná não foi diferente, também houve aumento do número de Escolas Normais. motivado pela crescente imigração para o norte/noroeste do estado, e pelo aumento da demanda rural, estimulado

pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, e a expansão cafeeira.

O governo estimulou a criação de escolas formadoras de professores, como a Escola Normal Colegial Estadual André de Barros em Floraí, que se firmou como uma referência na região, por proporcionar uma oportunidade de profissionalização para o mercado de trabalho imediato. Concluimos, assim, que as circunstâncias que permearam a instalação dessa escola foram influenciadas pelo contexto do projeto de (re)ocupação planejada da região em meados do século XX, conduzido pela iniciativa privada em parceria com os governos Federal e Estadual. Finalizamos com a constatação de que esta Escola foi um marco na história de Floraí, pois contribuiu com a configuração social e política da cidade e influenciou mas, principalmente, foi influenciada por sujeitos e suas práticas sociais.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. A tradição e os perigos dos novos tempos. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2017.

AZEVEDO, F. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Coleção Educadores. MEC, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/con](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/con)

stituicao/constituicao24.htm . Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei s/n de 15 de Outubro de 1927**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm). Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) . Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm) . Acesso em: 20 jul. 2021.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 3. ed. São Paulo: CMNP, 2013.

DATASUS. **Informações Demográficas e Socioeconômicas**. 2021. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/censo/cnv/alfpr.def> . Acesso em: 21 ago. 2021.

FAGAN, Maria Rosangela Ananias. **Entrevista: Projeto Memórias da Educação de Floráí**. Floráí, Escola Estadual, 2021.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes; SCHELBAUER, Anaete Regina. **História da Escola Normal Secundária em Maringá**

entre as décadas de 1950 e 1970. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 29, p. 159-168, mar. 2008.

BRASIL. IBGE. **História**. Prefeitura Municipal de Floráí (PR). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/florai/historico>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

PARANÁ. IPARDES. Fundação Édson Vieira. **O Paraná Reinventado: política e governo**. Curitiba: Convênio IPARDES/SEPL/FUEM, 1989.

PARANÁ. **Mapas Estado do Paraná: Regiões Geográficas**. 2010. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/ba se\\_fisica/regioes\\_geograficas\\_base\\_2010.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/ba se_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg) Acesso em: 10 nov. 2021.

LIMA, Maria José Rocha. O Legado de Anísio. In: ROCHA, João Augusto de Lima. **Anísio em Movimento: A vida e as lutas de Anísio Teixeira pela Escola Pública e pela Cultura no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARTINS, G. C. P.; FRANCISCON, M. W. O indígena na ocupação do Norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. **Revista Percorso – NEMO**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 53- 73, 2018

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história a economia cafeeira**. Maringá: Eduem, 2012.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Métodos nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cengage, 1999.

OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.); SALLES, Jefferson de Oliveira; KUNHAVALIK, José Pedro. **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Ed. SETI, 2004.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, Curitiba: Secretária da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná. 1981.

ROMPATTO, Maurílio. **O Processo de (Re)Ocupação do Noroeste do Paraná nas Versões Oficiais e na Memória Popular**. V Congresso Internacional de História. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/120.pdf>. Acesso em: 21ago. 2021.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Expansão e Consolidação das Escolas Normais no Paraná: um olhar a partir do Norte Pioneiro Paranaense (1926-1971). **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 17, n.2 [72], p.534-558, abr./jun. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. **Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A Escola Normal em Maringá-Pr: O Ensino Público como projeto político**. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pfhistedbr/marlete\\_schaffrath\\_artigo\\_0.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pfhistedbr/marlete_schaffrath_artigo_0.pdf). Acesso em: 31 jul. 2021.

STELMACHUK, Rubens Tarcísio da Luz. **O Paraná Nos Anos 1960**. 2003. Monografia (Especialização). Universidade Federal do

Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Especialização em Economia do Trabalho, Curitiba, 2003.

TANURI, Leonor Maria. **História da Formação de Professores**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. n° 14, p. 61-88, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. Autonomia para educação na Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 29, p. 89-104, jul./ago. 1947.

VIDAL, Diana Gonçalves. O Fracasso das Reformas Educacionais: Um Diagnóstico Sob Suspeita (Rio de Janeiro, 1927-1930). **Educação em Foco**, Juiz de Fora, n. Especial, p. 11-24, mar/ago 2007.